

ESTUDOS “IN LOCO” DE ÁGUA MINERAL NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA

ANA CRISTINA BOMFIM PEIXOTO¹; MARIA ALICE IBANEZ DUARTE¹; ANA CLAUDIA VIERO¹; RAQUEL BARROS BINOTO¹; JOSÉ LEONARDO SILVA ANDRIOTTI¹

1–MME/CPRM – Serviço Geológico do Brasil, ana.peixoto@cprm.gov.br

A água mineral tem a peculiaridade de ser ao mesmo tempo bem mineral, recurso hídrico e alimento, o que torna a sua gestão e fiscalização complexas. Desta forma, a gestão e fiscalização da água na fonte cabem ao DNPM em articulação com o CNRH e a fiscalização da água engarrafada cabe à ANVISA. Sua exploração e comercialização estão regidas pelo Código de Águas Minerais de 1945, pelas RDCs 274 e 275 da ANVISA e pela Resolução CNRH N°76. A demanda por concessões de lavra e produção de água mineral vem crescendo muito no Brasil nos últimos anos e a região sul acompanha este crescimento. Em 2003 existiam 22 concessões de lavra no Rio Grande do Sul e 31 em Santa Catarina. Hoje, o Rio Grande do Sul possui 59 e Santa Catarina 49 concessões entre balneários e envasadoras, dos quais estão em operação apenas 16 e 27 respectivamente. A classificação e a fiscalização de uma água mineral requerem análises químicas providas por uma infraestrutura laboratorial robusta. Por designação do DNPM, é o Laboratório de Análises Minerais da CPRM, o LAMIN, o responsável pelas análises classificatórias e pelas análises microbiológicas que verificam a potabilidade. Nos últimos anos, a CPRM vem descentralizando seus laboratórios para melhor atendimento às demandas, levando em conta a extensão territorial e dificuldades de transporte do país, além do tempo de preservação das amostras. Neste contexto, foi inaugurado em agosto de 2014 o laboratório de hidroquímica da rede LAMIN em Porto Alegre para realização dos estudos *in loco* de água mineral nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Até janeiro de 2015 foram realizados 18 estudos *in loco* pela unidade e mais 16 estudos estão agendados para os próximos quatro meses. Até o momento, só as análises *in loco* são realizadas pela unidade, enquanto coletas ainda são enviadas para o LAMIN-RJ para realização de análises laboratoriais. Os poços com concessão ativa devem ser revisitados pelo LAMIN a cada três anos para verificação da manutenção das características e da potabilidade. Na fase de pesquisa, quatro análises durante um ano hidrológico são necessárias para a classificação da água. Haja vista tamanha demanda e importância dos serviços do LAMIN, este trabalho dispõe-se a difundir as metodologias de análises utilizadas pelo laboratório e mostrar um quadro potencial dos estudos *in loco* no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Palavras-chave: Água mineral, estudo “in loco”, LAMIN/CPRM.